



Número: **0000804-79.2020.8.17.8226**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Petrolina - Turno Tarde - 13:00h às 19:00h**

Última distribuição : **26/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 16.750,00**

Assuntos: **Seguro, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
IRLEDE SILVA DE OLIVEIRA (DEMANDANTE)	CLAUDEMIR IVANILDO NUNES SANTOS (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (DEMANDADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
58393695	26/02/2020 17:56	Petição Inicial	Petição Inicial
58393697	26/02/2020 17:56	1 PROCURAÇÃO	Procuração
58393698	26/02/2020 17:56	2 DOCUMENTOS PESSOAIS	Outros (Documento)
58393700	26/02/2020 17:56	4 CERTIDÃO DE ÓBITO	Outros (Documento)
58393701	26/02/2020 17:56	5 BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Outros (Documento)
58393703	26/02/2020 17:56	6 DOCUMENTOS FALECIDO	Outros (Documento)
58393704	26/02/2020 17:56	7 SENTENÇA PROCEDÊNCIA	Outros (Documento)
58393705	26/02/2020 17:56	8 TRÂNSITO EM JULGADO	Outros (Documento)
58393706	26/02/2020 17:56	9 BENEFÍCIO PENSÃO POR MORTE	Outros (Documento)
58393707	26/02/2020 17:56	10 COMPROVANTE DE ENVIO DOCUMENTOS	Outros (Documento)
58393711	26/02/2020 17:56	11 RASTREAMENTO OBJETO	Outros (Documento)

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DE UM DOS JUIZADOS CÍVEIS DA COMARCA DE PETROLINA/PE.

IRLEDE SILVA DE OLIVEIRA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, AUTÔNOMA, PORTADOR DO RG N° 08.573.457-88 SSP/BA E CPF N° 026.821.075-67, RESIDENTE E DOMICILIADA RUA ANGELINA DE OLIVEIRA, N. 79, CENTRO, PETROLÂNDIA - PE, 56460-000, consoante poderes outorgados através do instrumento de mandato apenso, onde consta endereço profissional para os fins do art. 77, V, do CPC, vem à presença de Vossa Excelência, ajuizar

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, CNPJ 09248608000104, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205; pelas razões que passa a expor.

Preliminarmente. Do Benefício da Justiça Gratuita:

O(s) requerentes declaram, sob as penas da lei, que não possuem recursos financeiros que lhes possibilite arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de suas famílias; razão pela qual, pugnam pela concessão dos benefícios da justiça gratuita, na forma do art. 98 e seguintes do CPC.

II. Dos Fatos:

A requerente é **legítima sucessora** de **ALESSANDRO CORDEIRO SANTOS**, falecido em decorrência de acidente automobilístico ocorrido em **19/08/2018**, consoante documentação apensa.

Diante do fato, a mesma ingressou com o competente Requerimento Administrativo junto à Seguradora, porém, inobstante a **regularidade da documentação então apresentada**, até o momento não obteve manifestação conclusiva da Seguradora.



Assim, ante a mora administrativa, afigura-se de todo necessária e indispensável a presente ação, com vistas a compelir a parte requerida a adimplir a obrigação que lhe recai por força de Lei.

III. Dos Fundamentos Jurídicos:

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as **indenizações por morte**, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

“Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;”

Os documentos anexados à exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus os autores ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

O fato foi devidamente comprovado pela autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

§1º. A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS da entrega dos seguintes documentos:

Certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;”

Conforme depreende-se da análise dos autos, a requerente enviou toda documentação necessária à verificação do nexo de causalidade entre o ocorrido e a morte da vítima, bem como elementos que demonstram a qualidade de beneficiária da mesma, visto que manteve com o *de cujus* união duradoura com o intuito de constituir família.

Vale ressaltar, Excelência, que a mesma é **dependente previdenciária do falecido**, visto que atualmente percebe quota de **pensão por morte** (50%), instituída pelo mesmo, sendo dividida com seus descendentes, consoante faz prova através dos documentos anexos.



Além da **Certidão de Óbito**, **Boletim de Ocorrência Policial**, foram juntados inúmeros documentos pessoais, conta bancária válida para depósito da quantia e demais comprovantes pertinentes, que atestam o fato como verdadeiro.

Incontestável o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão na vítima, impõe-se o dever de indenizar, visto que não há qualquer motivo que justifique a delonga na análise do sinistro, o que desde já requer.

DO DANO MORAL

Como o dano moral consiste em ofensa a valores humanos, os quais se identificam por sua imaterialidade, a demonstração do ato ilícito da Ré, consubstanciado na narrativa fática exposta, evidencia prática ilícita que enseja a devida reparação em favor da Autora. Assim, a gravidade da conduta da Ré deve ser devidamente valorada, porque a requerente suportou prejuízo de natureza moral, previsto no art. 5º, incisos V e X, da Constituição Federal.

O art. 5º, inciso V, da CF, interpretado em consonância com o histórico preceito contido no art. 927 do Código Civil, trouxe fim a antiga querela doutrinária e jurisprudencial acerca da indenização do dano moral. O dano indenizável pelo art. 927, do Código Civil, compreende não só a lesão patrimonial, mas também outros direitos e valores fundamentais, como a honra, a dignidade pessoal, o sentimento religioso, afetivo e familiar, cuja lesão traz à vítima dor e sofrimento maiores do que o simples dano material.

A única conclusão a que se pode chegar é a de que a reparabilidade do dano moral puro não mais se questiona no direito brasileiro, porquanto uma série de dispositivos, constitucionais e infraconstitucionais, garantem sua tutela legal.

In verbis:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (art. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Ainda que eventualmente se adote o entendimento segundo o qual não há qualquer meio de prova capaz de evidenciar o sofrimento experimentado pelo indivíduo, vez que o mesmo se processa no âmago, na alma da pessoa, de se considerar que o alegado dano moral prescinde de prova oral porque o sofrimento, a angústia e a dor impingida ao Autor são notórias e efetivas, reservadas ao recôndito da alma, ao íntimo da pessoa. Tanto que, na seara doutrinária, denomina-se dano *in re ipsa*, que se presume pelo simples fato de acontecer.

Eis a aceção de dano moral na jurisprudência pátria:

Entende-se por dano moral a lesão a um bem jurídico integrante de própria personalidade da vítima, como a sua honra, imagem, saúde, integridade psicológica, causando dor, tristeza, vexame e humilhação à vítima. (TRF 2ª Região – 5ª Turma; Apelação Cível nº 96.02.43696-4/RJ – Rel. Desembargadora Federal Tanyra Vargas).

No que tange à quantificação do dano moral, é uma tarefa de grande dificuldade, pois cabe ao julgador, segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade, analisar a repercussão do dano à pessoa e atentar para a possibilidade econômica dos envolvidos.



Assim, embora seja tarefa delicada que envolve múltiplos aspectos, considere-se ser imperioso que:

A reparação não se presta, meramente, a promover enriquecimento da parte autora, mas, antes, em substituição de valores de modo a minorar o prejuízo suportado porque, evidentemente, nunca poderá recompor o dano sofrido. Inclusive, enquanto pena pecuniária e pedagógica que é, deve repercutir no patrimônio do ofensor de tal modo a ponto de ele redimir-se do ato faltoso praticado, além de compensar o ofendido, em pecúnia, pelo prejuízo moralmente experimentado;

Cabe ao juiz fixar reparação razoável - em respeito aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade - e não meramente simbólica, de modo a evitar a repetição de eventos semelhantes;

Os critérios de arbitramento da quantia indenizatória levem em consideração à intensidade/gravidade do dano sofrido (art. 944 do CC), o grau de culpa do causador do dano (parágrafo único do art. 944 do CC e art. 945 do CC), a condição econômico-financeira do ofensor e do ofendido, bem como o caráter pedagógico da indenização fixada;

Ante o exposto, dada a peculiaridade de sua situação, requer seja a Ré condenada ao pagamento de indenização por danos morais em favor de cada Autor, no importe mínimo de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais) ou subsidiariamente outro valor, ainda que maior.

IV. Dos requerimentos Finais:

Assim, por corresponderem à mais cristalina realidade dos fatos, requer-se a Vossa Excelência:

A concessão dos **benefícios da gratuidade judiciária**, na forma requerida alhures;

CITAÇÃO da requerida, pelo correio, mediante aviso de recebimento, para, querendo, comparecer na **audiência de conciliação** ;

ao final, **não havendo acordo** e com a contestação, se apresentada, seja julgada totalmente procedente a ação para que a Ré seja compelida a promover o PAGAMENTO da indenização securitária nos contornos legais e **respectiva quota**, assim como a condenação da mesma ao pagamento de Danos Morais no importe equivalente à **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), para cada Requerente, acrescidos de juros e correção monetária;

a condenação da ré ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 85 e seguintes do Código de Processo Civil, à luz do princípio da causalidade.

Pretende provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sobretudo através da oitiva de testemunhas e justada posterior de documentos, que desde já os requer e se necessário for.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 16.750,00 (dezesseis mil, setecentos e cinquenta reais), para os fins de direito.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

